

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019
AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1353926 - SP (2018/0220884-8)

RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE
AGRAVANTE : ALBERTO LUIGI AGUIAR DI BELLA
ADVOGADO : CLODOALDO RIBEIRO MACHADO E OUTRO(S) -
SP035075
AGRAVADO : AVS POCOS ARTESIANOS EIRELI
OUTRO NOME : AVELISONDA COMERCIO DE BOMBAS MOTORES E
PERFURACAO DE POCOS ARTESIANOS LTDA
ADVOGADO : BRUNO MARTINS LUCAS E OUTRO(S) - SP307887

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL. 1. PERFURAÇÃO DE POÇO ARTESANAL. INCERTEZA DO RESULTADO. SERVIÇO EXECUTADO. PAGAMENTO DEVIDO. SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. 2. ARTS. 51, I, IV, XV e § 1º, I, II, III, e 54, § 4º, do CDC. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS N. 282 E 356 DO STF. 3. AGRADO INTERNO IMPROVIDO.

1. O Tribunal estadual concluiu que não há nos autos prova de nenhuma promessa de encontro de vazão de água e, sendo a obrigação de meio, e não de resultado, inexistente garantia de êxito. Nesse contexto, reverter a conclusão do Tribunal local, para acolher a pretensão recursal, demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos e a análise e interpretação de cláusulas contratuais, o que é vedado ante a natureza excepcional da via eleita, consoante enunciado das Súmulas n. 5 e 7 do Superior Tribunal de Justiça.

2. No que diz respeito aos arts. 51, I, IV, XV e § 1º, I, II, III, e 54, § 4º, do CDC, verifica-se que seus conteúdos normativos não foram objeto de apreciação pelo Tribunal *a quo*. Com efeito, o prequestionamento, entendido como a necessidade de o tema objeto do recurso haver sido examinado pela decisão atacada, constitui exigência inafastável contida na própria previsão constitucional, ao tratar do recurso especial, impondo-se como um dos principais pressupostos ao seu conhecimento.

3. Agravo interno improvido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrighi, Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 18 de Fevereiro de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator